

O trunfo de Lemgruber nos EUA

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

Ao desembarcar nesta segunda-feira nos Estados Unidos, o presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, terá em mãos um importante trunfo para colocar diante dos 14 membros que compõem o comitê assessor da dívida externa brasileira. Ele vai barganhar o prazo da prorrogação para o comprometimento dos credores nas linhas de empréstimo de até 360 dias — crédito de comercialização e depósitos no interbancário de agências brasileiras no exterior — a partir do forte interesse já manifestado pelos bancos para que seja aberto o sistema de "reemprestimo" interno dos recursos referentes às amortizações de 1985.

Como se sabe, estas amortizações estão congeladas no Banco Central à espera de que seja fechado o acordo plurianual da fase III da renegociação da dívida, mas os bancos acabam perdendo dinheiro com is-

to, pela impossibilidade de negociarem novos empréstimos com os tomadores finais no País. O governo brasileiro está disposto a pedir, para a extensão das linhas de curto prazo, um período de 180 dias a partir do dia 31 deste mês, quando se expira o entendimento provisório atualmente em vigor.

Justamente em torno das discussões sobre o "re-lending" é que o Banco Central pretende conseguir dos banqueiros a concordância para que o novo acordo provisório seja válido até o final de fevereiro. "Uma prorrogação mais longa tranquiliza o País, evita o desgaste de mais um processo de entendimento sobre a fase II a curto prazo e permite ao governo avaliar com mais calma o seu programa de ajuste interno", conforme interpretação do diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas.

Uma outra vantagem destacada por Freitas a es-

te jornal, na última sexta-feira, supõe que a garantia de 180 dias vai evitar o comportamento de alguns bancos credores com posições nas linhas de curto prazo, que estão reduzindo cada vez mais os períodos dos financiamentos de modo a que os vencimentos não ultrapassem a data final das etapas do comprometimento. Até aqui, o Brasil conseguiu prorrogar por duas vezes os termos da fase II, cada uma pelo prazo de 90 dias.

Carlos Eduardo de Freitas, que acompanha Lemgruber na viagem aos Estados Unidos — com permanência naquele país prevista até quinta-feira ou sexta-feira —, informou que a adesão dos bancos às linhas de financiamento ao comércio está fechada e que apenas um banco, colombiano, ainda não aderiu à extensão das linhas mantidas nos depósitos interbancários.

Diante do interesse dos credores quanto à abertura do sistema de "reempresti-

mo", o Banco Central ultimou na sexta-feira e no sábado o arremate das alternativas que serão levadas ao comitê. "Temos certeza de que os bancos vão levantar esta questão e vamos preparados para discutir o assunto", atestou Freitas.

A estratégia passa por duas alternativas: pela possibilidade de o Banco Central estender o prazo do "reemprestimo" para as amortizações reescaladas na fase II — e que termina no dia 30 de setembro — ou pela opção de se encontrar alguma forma para o "reemprestimo" dos recursos relativos às amortizações deste ano (calculados até aqui em torno de US\$ 3 bilhões). Mas esta segunda brecha, se for a preferida pelos banqueiros, dá margem para que o Brasil coloque diante do comitê a procedência do fato e proponha que sejam retomadas as negociações em torno da fase III, mesmo sem o aval do acordo de ajustamento interno a ser definido com o Fundo Monetário Internacional (FMI).